

Dossiê

Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-espacial

Apresentação

12

Thiago Roniere Rebouças Tavares

Raquel Giffoni Pinto

Maíra Sertã Mansur

Desde o processo de redemocratização no Brasil, observa-se a ampliação e o fortalecimento de demandas por direitos historicamente negados ou que, até então, não encontravam condições políticas para emergir na arena pública. As reivindicações por reconhecimento de direitos (socio)ambientais conquistaram um espaço relevante na formulação de políticas públicas. Paralelamente, a intensificação das denúncias sobre práticas empresariais que violam direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, no Brasil

e em outras partes do mundo, tem comprometido a imagem corporativa de diversas empresas, afetando, em maior ou menor grau, suas relações com órgãos públicos, agentes financiadores, mercados consumidores e acionistas (Giffoni Pinto, 2013).

Em resposta a essas pressões, têm-se observado a profusão de iniciativas empresariais voltadas à incorporação da agenda ambiental. Tais ações incluem a publicação de relatórios de sustentabilidade, elaboração de manuais de boas práticas, a busca por certificações e premiações, bem como a implementação de programas denominados de responsabilidade social e ambiental ou, no léxico atual, iniciativas de ESG (*Environmental, Social and Governance*). Esse conjunto de práticas, orientado pela busca de ganhos de reconhecimento social e pela legitimação da atuação empresarial, pode ser interpretado como uma contraofensiva corporativa frente às críticas dos movimentos sociais e às pressões regulatórias do Estado (Lopes, 2006).

Através desses repertórios, os agentes corporativos (empresas, consultorias, entidades patronais, organizações setoriais etc.) também atuam na produção de sentidos sobre as questões socioecológicas, influenciando a forma como são percebidas e tratadas no espaço público (Bronz e Bezerra, 2014). Nesse processo de “ambientalização” (Lopes, 2006), tais agentes ingressam nas disputas classificatórias para definir quais práticas são consideradas ambientalmente legítimas ou ilegítimas, em um movimento que tem se consolidado por meio de iniciativas voluntárias e mecanismos de autorregulação empresarial (Acsehrad, 2010).

É desta maneira que as corporações logram, frequentemente, se distanciar e se eximir da responsabilidade por efeitos nocivos e amplamente perceptíveis que elas próprias provocam, como a poluição atmosférica, a emissão de gases de efeito estufa, a contaminação hídrica e do solo, o desmatamento, a expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, o derramamento de toneladas de rejeitos em rios e de óleo nos oceanos etc.

O caso das mudanças climáticas é emblemático neste sentido. Os mecanismos de mercado, tais como o comércio de emissões de carbono, as emissões líquidas zero

(netzero) e programas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), são apresentados como as soluções mais eficientes para mitigar os efeitos do aquecimento global. Sob o discurso da “sustentabilidade”, o setor corporativo fortalece e resguarda seu lugar de controle no cenário global de alterações climáticas. Ou seja, os danos e os riscos ambientais são reconhecidos por seus agentes produtores, direta ou indiretamente, até o ponto em que as respostas a esses processos e dinâmicas não ameacem o modelo de produção e consumo dominante.

Em franca contraposição a esse ambientalismo, situam-se os saberes e práticas ambientais articulados pela Ecologia Política. Esta, enquanto lugar de conhecimento e ativismo ambiental busca “realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos histórico-geográfico-culturais, concretos e específicos” (Souza, 2019, p. 98). Agentes, interesses e conflitos que, uma vez explicitados, revelariam os objetivos subjacentes ao ambientalismo consensual e despolitizado, o que explica os esforços dos seus promotores em evitar que tais dimensões venham à tona.

Diversos autores e autoras têm oferecido contribuições significativas para a compreensão da atuação das corporações em contextos de conflito ambiental no Brasil (Ramalho *et al*, 2013; Furtado, 2015; Bronz, 2016; Castro e Castro, 2017; Gaviria, 2015; Santos e Milanez, 2017; Acselrad, 2018; Zhouri *et al.*, 2018; Milanez *et al*, 2018; Scotto, 2018; Giffoni Pinto, 2019; Hazeu e Rodrigues, 2019; Malheiro, 2019; Pompeia, 2020; Zucarelli, 2021; Eusébio e Magalhães, 2022; Laschefski, 2023; Tavares, 2024). No entanto, diante da amplitude e complexidade das iniciativas corporativas, do envolvimento de diversos atores e dos múltiplos efeitos destas ações nos territórios, ainda há um vasto campo para investigação.

É nesse contexto que se insere o **Dossiê Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-espacial**, ao reunir artigos que analisam experiências concretas, investigam dinâmicas locais e ampliam o entendimento sobre os modos de

atuação empresarial em contextos de conflitos ambientais. A partir de distintos territórios e diferentes setores empresariais, os artigos aqui reunidos revelam as semelhanças entre as estratégias sociais¹ e de controle territorial das corporações e fornecem um panorama instigante sobre como as corporações interpretam e respondem à contestação social.



O artigo que abre este dossiê, “Capitalismo e Políticas da Resignação”, é a tradução de um texto dos antropólogos **Peter Benson** e **Stuart Kirsch**, publicado originalmente em 2010 na revista *Current Anthropology*. O artigo é uma referência incontornável para pesquisadores(as) dedicados(as) aos estudos das corporações, e temos a satisfação de apresentá-lo agora em português, ampliando seu acesso e circulação no meio acadêmico brasileiro.² A tradução inclui, ainda, os comentários críticos de diversos pesquisadores e a resposta dos autores, compondo um debate fecundo.

Benson e Kirsch baseando-se em suas pesquisas empíricas nos setores do tabaco e da mineração, respectivamente, propõem um modelo analítico que busca compreender a relação dialética entre crítica social e resposta corporativa. Nesse modelo, os autores identificam três fases da resposta corporativa perante a contestação social. A primeira fase corresponde à negação da crítica, por meio da produção e disseminação de uma contra-ciência financiada pelas próprias empresas, com o propósito de semear dúvidas e incertezas na percepção pública dos riscos de suas atividades. A segunda admite, ainda que parcialmente, a existência de um problema, oferecendo respostas limitadas, geral-

¹ Chamamos de estratégia social corporativa a influência exercida pelas corporações sobre os padrões emocionais, cognitivos e de agência da sociedade civil (Santos; Milanez, 2017, p. 12). Essa influência pode se manifestar por meio de ações nomeadas como “relacionamento com comunidades” ou “responsabilidade social”, com o objetivo de reduzir a hostilidade social diante de suas atividades.

² Agradecemos em especial a Stuart Kirsch, tanto pela articulação que viabilizou esta publicação quanto pela generosidade em assumir os custos dos direitos autorais, o que tornou possível compartilhar este texto com o público de língua portuguesa.

mente pautadas por gestos simbólicos de compensação ou mitigação. A terceira fase refere-se ao gerenciamento da crise por meio da incorporação seletiva de discursos e práticas dos próprios movimentos críticos. Essa estratégia se materializa, por exemplo, na adoção de programas de certificação, iniciativas de monitoramento ambiental, parcerias com organizações da sociedade civil e até na contratação de ativistas.

Essas respostas corporativas colaboram para o que os autores chamam de “política da resignação”, uma estrutura de sentimento dominante na modernidade tardia, caracterizada pelo descontentamento e certo cinismo na vida política. A política da resignação é, em parte, expressão de um processo no qual o poder corporativo contribui para normalizar o risco e o dano como aspectos inexoráveis da modernidade, e não como relações historicamente construídas entre corporações, corpos e territórios que podem ser transformadas e reconfiguradas. Ainda assim, os autores destacam que essa resignação não implica necessariamente desistência ou consentimento. Trata-se, antes, da expressão de um descontentamento generalizado com as práticas corporativas, que pode, em determinados contextos, ser convertida em uma força política com potencial transformador.

No artigo “Gerencialismo Ambiental: uma face da ambientalização corporativa analisada por meio de práticas ESG”, **Thiago Roniere Rebouças Tavares** apresenta o conceito de *Gerencialismo Ambiental*. Essa abordagem permite compreender, na atualidade, as estratégias e táticas de captura e subordinação das discussões e práticas sobre a natureza por meio de uma “eficiência gerencial”, cujo objetivo é interditar qualquer tipo de crítica. Antecipando algumas das contestações, a empresa assume a “vanguarda” da preservação ambiental por meios que não são “políticos”, mas gerenciais, o que torna os agentes privados protagonistas e não a “sociedade”. O autor discorre sobre como o debate do *gerencialismo* passa, muitas vezes, despercebido entre os pesquisadores da ciência geográfica que se dedicam à análise das práticas corporativas.

Com foco na dimensão ambiental, o autor desenvolveu um caminho reflexivo para abordar o gerencialismo ambiental a partir das ações previstas pela cartilha ESG e sua

efetivação por uma grande empresa siderúrgica instalada na periferia da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em relação à cartilha ESG, o autor apresenta as origens e desenvolvimento desta política, assim como os significados e usos do conceito de “sustentabilidade”, tão enfatizado pelos entusiastas dessa prática. Para completar, seu estudo de caso aborda as ações educacionais abrigadas pela política ESG da empresa, com o objetivo de afastar o empreendimento de problemas ambientais no bairro, produzidos por ela mesma, e de antecipar-se a possíveis críticas e crises.

Também no campo das práticas corporativas voltadas à educação, o artigo “A investida do agronegócio na educação: análise do discurso ambiental da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)”, de **Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo Cordeiro**, lança luz sobre o esforço de difusão ideológica do agronegócio na educação brasileira. A autora analisa, em particular, o Programa Educacional Agronegócio na Escola, desenvolvido há mais de duas décadas pela Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, em São Paulo (ABAG/RP). O programa é direcionado a todos os níveis da educação básica e apresenta notável inserção na rede pública de ensino, alcançando milhares de professores e estudantes em todo o país.

A análise revela que, embora o programa não se apresente explicitamente como uma iniciativa de educação ambiental, o meio ambiente constitui o eixo central dos conteúdos abordados em seus módulos. Estes conteúdos, marcados por informações imprecisas e pela omissão de dados científicos relevantes, demonstram o caráter propagandístico do programa, que constrói uma imagem sustentável do agronegócio. A partir das evidências examinadas, a autora demonstra que a chamada Educação Ambiental Empresarial do Agronegócio configura um evidente conflito de interesses, contribuindo para a despolitização da questão ambiental e violando os princípios legais e pedagógicos que regem a educação ambiental no Brasil.

Nesse mesmo movimento de reconfiguração da imagem institucional, insere-se também o setor de mineração, que tem investido sistematicamente na construção de uma imagem favorável, especialmente após os desastres-crimes da Vale/Samarco/BHP

Billiton na bacia do rio Doce (2015) e da Vale na bacia do rio Paraopeba (2019). O artigo “Diálogos sobre sustentabilidade: Análise da concepção de sustentabilidade no material de comunicação da Anglo American com as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio”, de **Julia Theodoro Soares**, contribui para esse debate ao analisar como essas estratégias comunicacionais são mobilizadas pela Anglo American em sua interlocução com as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio.

A partir da análise das publicações “Diálogo” e “Mineroduto ao porto” da Anglo American, direcionadas às comunidades atingidas pelo projeto Minas-Rio, em Minas Gerais, a autora descreve e discute os diferentes significados atribuídos ao conceito de sustentabilidade pela mineradora, evidenciando como essa noção é construída e mobilizada nos esforços de legitimação do empreendimento.

A autora situa o discurso da Anglo American em um contexto histórico mais amplo, no qual o setor extrativo, e especialmente, as mineradoras ambientalizaram seus discursos. Em um contexto marcado pela denúncia das graves violações socioambientais provocadas pelo setor extrativo, determinadas ações dos sujeitos coletivos críticos às práticas empresariais conseguem impor danos reputacionais e, em certa medida, econômicos às corporações. Esse processo é compreendido como um tipo de risco para o empreendimento, os chamados riscos sociais (Giffoni Pinto, 2019). Nesse sentido, a autora observa que o uso recorrente da noção de 'sustentabilidade' por parte da Anglo American não se configura como uma estratégia voltada à gestão dos riscos impostos pelo empreendimento às comunidades, mas, sobretudo, como uma forma de administrar os riscos que essas comunidades representam para a viabilidade do próprio empreendimento. No caso do empreendimento Minas-Rio, contudo, o texto conclui que a tentativa de projetar uma imagem de 'mineração sustentável', consensual e harmoniosa, contrasta de forma flagrante com a realidade marcada por conflitos ambientais, nos quais as comunidades atingidas denunciam os danos aos quais são submetidas.

Também no tema da mineração, o artigo “Método corporativo-estatal no setor mineral: Discursos e práticas no contexto da transição energética”, de **Lucas Zenha Antoino** e **Valdirene Santos Rocha Sousa**, investiga de que forma o setor, em articulação com atores estatais, justifica e legitima a expansão da fronteira mineral na Bahia em termos de bem comum, associando-a à mitigação das mudanças climáticas.

Os autores apresentam o cenário de expansão das autorizações de pesquisa mineral na Bahia, com um aumento de 35,8% entre 2021 e 2025. Impulsionado pela demanda por minerais da “transição energética” (Alumínio, Cobalto, Cobre, Grafita, Lítio, Manganês, Nióbio, Níquel, Vanádio, Terras Raras e Urânio), esse avanço tem sido acompanhado pela intensificação dos conflitos fundiários, já nas etapas iniciais de pesquisa.

O agenciamento entre empresas privadas do setor mineral e órgãos e empresas públicas baseiam-se, segundo os autores, na concentração de poder, no controle institucional e no uso intensivo de capital. Esse modelo privilegia decisões corporativas e estatais centradas em interesses privados de curto prazo, favorecendo grupos hegemônicos por meio da formação de oligopólios, lobby legislativo, influência no Judiciário e respaldo técnico-científico.

Sob o discurso modernizador centrado no avanço tecnológico e inovação, ocultam-se práticas historicamente consolidadas de concentração fundiária, destinação desigual de terras públicas e desapropriação de territórios tradicionalmente ocupados.

Encerrando este dossiê, apresentamos o artigo “A Costa Rica na moral internacional da descarbonização: Interações políticas multiescalares”, de **Andrés Gerardo Jiménez Corrales**. O texto oferece uma relevante contribuição para os campos da ecologia política e da sociologia das mudanças climáticas, ao analisar a descarbonização como expressão de uma nova moral ambiental global. Como estudo de caso, se dedica à análise do Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica, oficializado em 2019, que tem por objetivo alcançar uma economia de zero emissões líquidas até 2050. O autor revela como essa moralidade promove soluções tecnocráticas que desconsideram responsabilidades históricas e aprofundam desigualdades ambientais.

A Costa Rica é apresentada como um exemplo de como essa moral ambiental é instrumentalizada para reforçar sua posição internacional como um Estado “verde exemplar”, convertendo compromissos climáticos em estratégias de inserção em mercados verdes e de obtenção de vantagens geoeconômicas. A moral da descarbonização, ao ser tratada como “única solução desejada”, insere-se em uma estrutura moral e ideológica que oculta interesses políticos e econômicos, reproduz uma lógica colonial que evita questionar o modelo dominante de crescimento e restringe o campo de possibilidades para ações mais justas e efetivas no enfrentamento da crise climática.

Com este dossiê, buscamos ampliar as pesquisas acadêmicas que têm como foco as estratégias adotadas por agentes corporativos no campo ambiental. Ao examinar os diferentes mecanismos de desmobilização empregados para desviar e conter as reivindicações por justiça ambiental, também pretendemos oferecer subsídios analíticos que fortaleçam as resistências territoriais.

Referências

- ACSELRAD, Henri. **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. pp. 33-60.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, nº 68, pp. 103-119, 2010.
- BRONZ, Deborah; BEZERRA, Marcos Otávio. DOSSIÊ: “Grandes empreendimentos”, administração pública e populações. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, nº 37, pp. 131-136, 2015.
- BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: Uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- CASTRO, Raifran A.; CASTRO, Edna. Os ritos empresariais na relação com comunidades rurais da amazônia maranhense. **Cadernos CRH** v. 30, nº 79, 2017.

- EUSÉBIO, Albino José; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Neoextrativismo, violências e conflitos ambientais: O projeto Onça Puma e as estratégias empresariais de ocupação e controle do território. In: ACSELRAD, Henri. (org.). **Neoextrativismo e autoritarismo**: Afinidades e convergências. Rio de Janeiro: Garamond, 2022, pp. 267-310.
- FURTADO, Fabrina. **Em nome do clima**. Instituições e práticas na ambientalização das finanças no Brasil. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 359 pp.
- GAVIRIA, Edwin. A “licença social para operar” na indústria da mineração: Uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, v. 2, n° 17, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n2p138>>. Acesso em 16/02/2025.
- GIFFONI PINTO, Raquel. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. **Estudos de Sociologia**, v. 18, n° 35, 2013.
- GIFFONI PINTO, R. **Conflitos Ambientais, corporações e políticas do risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- HAZEU, Marcel; RODRIGUES, Jondison Cardoso. Capitalismo financeirizado e acumulação por despossessão na Amazônia: A mineradora Imerys em Barcarena, Nordeste do Pará. **Revista Científica Foz**, v. 2, n° 1, pp. 86-119, 2019.
- LASCHEFSKI, Klemens. O Extrativismo 4.0 e o “Regime ambiental coronelista”: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança multistakeholder global. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 3, n° 2, pp. 107-161, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.48075/amb.v3i2.28409>>. Acesso em 07/03/2025.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n° 25, pp. 31-64, 2006.
- MALHEIRO, Bruno. **O que Vale em Carajás?** Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- MILANEZ, Bruno, SANTOS, Rodrigo; MAGNO, Lucas; WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra; GIFFONI, Raquel; GONÇALVES, Ricardo; COELHO, Tádzio. A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: Um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. **Versos** -

- Textos para Discussão PoEMAS**, v. 2, nº 2, pp. 1-43, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17430.60483>>. Acesso em 19/03/2025.
- POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: Simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes antropológicos**, nº 56, pp. 195-224, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000100009>>. Acesso em 24/02/2025.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo; Lima, Raphael. Estratégias de Desenvolvimento Industrial e Dinâmicas Territoriais de Contestação Social e Confronto Político. **Sociologia & Antropologia**. nº 3, pp. 175-200, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752013v357>>. Acesso em 01/03/2025.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; MILANEZ, Bruno. Apresentação: Estratégias corporativas no setor extrativo: Uma agenda de pesquisa para as ciências sociais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 5, nº 1, pp. 1-26, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.24305/cadecs.v5i1.2017.17876>>. Acesso em 24/02/2025.
- SCOTTO, Gabriela. Narrativas contemporâneas na propaganda corporativa das empresas mineradoras transnacionais: elementos para a análise do “espírito” da mineração. **Cuadernos Del Instituto Nacional De Antropología Y Pensamiento Latinoamericano**, v. 27, nº 2, pp. 37-54, 2018.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. O que é o capitalismo stakeholder da ESG? Reflexões a partir dos estudos de ecologia política e da conformação de uma zona de sacrifício. In: **A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo**: Um balanço crítico. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024, v. 1, pp. 877-898.
- ZUCARELLI, Marcos. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2021.
- ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O desastre no Rio Doce: Entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, violências e resistências**: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

Thiago Roniere Rebouças Tavares é doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/Campus Maracanã) e pós-doutorando Júnior do convênio CNPq-FAPERJ na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **E-mail:** thiagoroniere@gmail.com

Raquel Giffoni Pinto é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Adjunta do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense (UFF), e pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade e do Coletivo de pesquisa Desigualdade Ambiental, Economia e Política. **E-mail:** raquelgiffoni@id.uff.br

Maíra Sertã Mansur tem pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, e bolsista de Pós-doutorado júnior (PDJ 2023) concedida pelo CNPq na instituição Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). **E-mail:** anadido@gmail.com